

RENDA E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO RURAL: UM ESTUDO ACERCA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO BREJINHO DE NAZARÉ – MIRACEMA DO TOCANTINS – TO.

Giuliano Queiroz Santiago¹

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada junto ao Projeto de Assentamento – (PA) Rural Brejinho, situado no município de Miracema do Tocantins. Teve por objetivo conhecer a realidade do assentamento, bem como, identificar os problemas relacionados à renda, produtividade do trabalho e a assistência técnica desenvolvida. A pesquisa é de natureza qualitativa, que consistiu em uma primeira aproximação a partir de levantamento e leitura bibliográfica a respeito da temática. A coleta de dados se deu a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os agricultores do assentamento e também através de observações e visitas. Os resultados apontaram para fragilidades na execução da Política Nacional de Reforma Agrária e inúmeras dificuldades enfrentadas no PA – Brejinho, dentre elas estão à falta de água, a falta de assistência técnica, a falta de conhecimento apurados para melhora a produção e a ausência de rede de comercialização dos produtos.

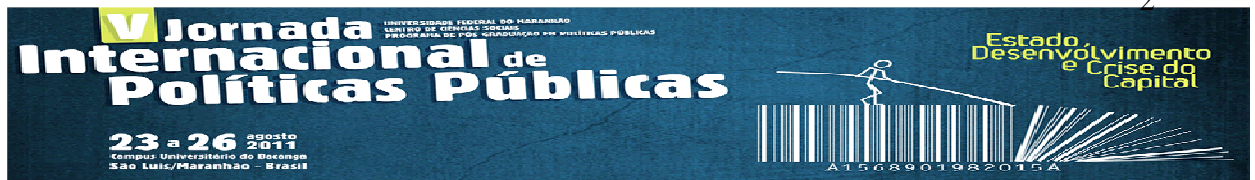
Palavras Chave: Reforma Agrária, Trabalho e Renda, produtividade do trabalho e extensão rural.

ABSTRACT

This work is the result of research conducted at the Settlement Project – (PA) Rural Brejinho, located in the city of Wells Tocantins. Aimed to know the reality of the settlement, as well as identifying the problems related to income, labor productivity and technical assistance developed. The research is qualitative, consisting of a first approximation based on data and reading literature about the subject. Data collection took place from semi-structured interviews with farmers of the settlement and also through observations and visits. The results pointed to weaknesses in the implementation of the National Agrarian Reform and numerous difficulties in PA - Brejinho, among them are the lack of water, lack of technical assistance, lack of knowledge determined to improve production and the absence of network marketing products.

Keywords: Agrarian Reform, Work and Income, productivity and rural extension.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). giulianoqueiroz@uft.edu.br



INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada no Projeto de Assentamento Brejinho, localizado no município de Miracema-TO. O Tocantins é o estado mais novo da federação e ainda pouco industrializado, com a economia baseada na agropecuária e no agronegócio. Com pouco mais de um milhão e trezentos mil habitantes, segundo último censo do IBGE, o estado tem um expressivo número da população que vive na zona rural. De acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Tocantins possui aproximadamente trezentos e sessenta assentamentos rurais.

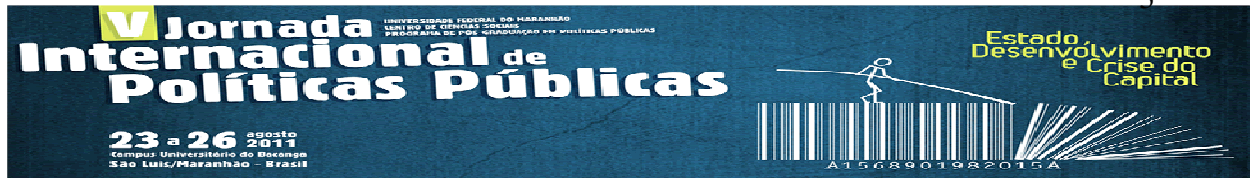
O Assentamento Brejinho localiza-se a 35 quilômetros da cidade de Miracema na zona rural e a 80 quilômetros de Palmas – Capital do estado. Teve sua gênese no final da década de 1990 com um movimento organizado dos trabalhadores rurais da região. Através da ocupação de uma área devoluta do Estado deu-se início a criação do assentamento.

Com o passar do tempo o INCRA, agregou aquela área como um projeto de assentamento da Política Nacional de Reforma Agrária. De acordo com Bergamasco (1996), assentamento rural pode ser compreendido como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

O assentamento hoje com mais de 10 anos de criação possui cerca de 70 famílias assentadas distribuídas em pequenas parcelas de terra. A maioria das famílias assentadas é de origem afro descendente, pois eles se declararam morenos, isso vem de acordo com Silva (2008), quando a autora relaciona a questão social brasileira em sua gênese com o escravismo no período colonial. Em geral são cidadãos com pouca escolaridade e instrução, porém, de uma riqueza imensa de conhecimentos populares. O assentamento possui uma agrovila, uma escola e um posto de saúde.

Analisando o II Plano Nacional de Reforma Agrária observamos suas metas e centramos nossa reflexão na questão da garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização da produção, como forma de incentivo à produtividade do trabalho no campo e potencialização de renda para o enfrentamento do desemprego estrutural na década de 90.

1. A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO RURAL ENQUANTO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO: O CASO DO ASSENTAMENTO BREJINHO – MIRACEMA DO TOCANTINS.



Atualmente nos acampamentos e nas ocupações realizadas nos últimos anos, tem-se verificado a crescente presença de trabalhadores de origem urbana, em especial naqueles localizados em estados bastante urbanizados (MEDEIROS; 2003; p.82). Com a crise no mundo do trabalho os trabalhadores recorrem a todas as formas para adquirir sua subsistência, como o trabalho informal, trabalho sazonal na agricultura, trabalhos temporários nas grandes obras da construção civil. Nesse contexto a luta pelo acesso a terra faz-se necessário se configurando uma forma de subsistência e reprodução dos trabalhadores.

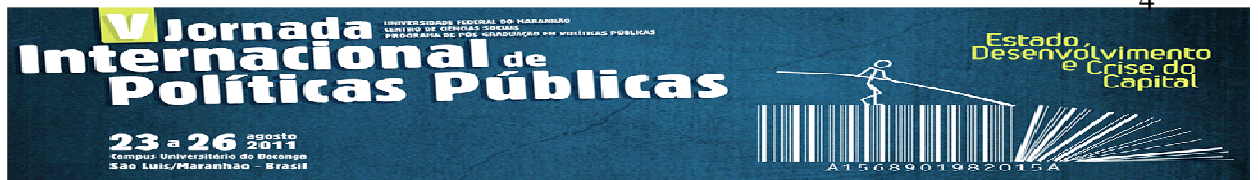
Por isso, a partir da década de 90 as ocupações se intensificaram no Brasil, onde muitos trabalhadores urbanos retornam ou ainda tentam ingressar no mundo do trabalho rural e as dificuldades diante desse cenário são enormes. Por outro lado, esse retorno tem sido possível em função de compreender o trabalho rural via agricultura familiar como um enfrentamento ao desemprego estrutural, pois, a agricultura familiar é marcada por um trabalho de natureza informal.

Nesse sentido, o governo tem-se visto pressionado a pensar e implementar políticas públicas voltadas à agricultura familiar, sem obviamente abandonar o modelo predominante de desenvolvimento baseado no agronegócio. Em meio às contradições em que o Estado transfere grandes capitais a empresas do agronegócio, oferecendo subsídios e vantagens para investimentos internacionais na agricultura brasileira. O Estado potencializa e garante a produção de monoculturas voltadas para a exportação que tem um alto nível de tecnologia no processo produtivo absorvendo pouca força de trabalho.

Porém, de outro lado estão inúmeras famílias assentadas pelo INCRA em áreas muitas vezes com poucas condições de serem agricultáveis. As dificuldades para aumentar a produtividade do trabalho a partir da agricultura familiar são inúmeras. Famílias que historicamente foram exploradas pelo capital e que estão à mercê das relações desiguais do mercado, que muitas vezes são assentadas e não se emancipam economicamente, pois não conseguem produzir devido o caráter paliativo das políticas sociais direcionadas para as áreas assentadas.

De acordo com a pesquisa realizada no assentamento a renda dessas famílias é muito baixa, bem inferior a um salário mínimo e a maioria das famílias são beneficiárias do programa bolsa família. Os assentados não produzem como deveriam, o Estado cria o assentamento mais não fornece subsídios e condições suficientes para os trabalhadores produzirem e venderem suas produções.

O pouco que é produzido, em muitos casos, os trabalhadores são obrigados a perder grande parte de seus lucros para atravessadores, pois existem as dificuldades tanto para



produzir como para transportar e vender a produção. Segundo Medeiros (2003; p.89), os assentados continuam presos a cadeias tradicionais de comercialização que retêm possivelmente ganhos significativos na venda da produção, submetendo os produtores a preços desfavoráveis.

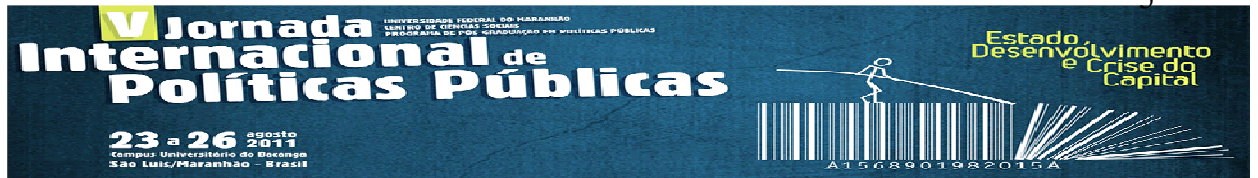
Quando perguntados sobre o papel do INCRA nos assentamentos, os entrevistados demonstraram certo descrédito por parte do órgão regulador da reforma agrária, confirmando a fragilidade da política de reforma agrária no que diz respeito ao papel do INCRA. Pois, a política termina no momento em que se regulariza a situação do assentamento, segundo os entrevistados, os quais questionam e afirmam que a regularização do assentamento é apenas o momento em que a política deve começar. Pois, reclamam do abandono em que se encontra o assentamento e outros assentamentos da região.

Os entrevistados ainda revelaram que as principais queixas são em relação à falta de assistência técnica para a produção, e apoio em todo o processo produtivo e de comercialização. Um dos pontos positivos destacados pelos agricultores é a questão do crédito, porém, revelaram alguns problemas quanto a essa política. O que se tem visto é que muitas vezes o fornecimento do crédito sem uma política consistente de assistência técnica, sem a construção de uma rede local de comercialização e venda dos produtos, sem infra-estrutura adequada, sem subsídios de proteção aos produtores não se desenvolveria essas comunidades de produtores rurais tendo em vistas as desvantagens que eles têm frente ao agronegócio.

Em alguns casos os créditos têm provocado o endividamento dos produtores. Sabe-se que mesmo o Estado oferecendo crédito para os assentados não seria o crédito por si só que promoveria o desenvolvimento da produção. Nas entrevistas o que ficou claro é que o Estado, o Município e a Federação não estão dialogando no sentido de articular ações conjuntas objetivando melhorar e facilitar as condições para a produção e comercialização dos produtos. A fala de um dos agricultores reafirma essa situação:

Olha até agora no meu conhecimento não têm, esse conhecimento dessa parceria do Estado com Incra, Prefeitura municipal não têm... Rapaz aqui a prefeitura, eu acho que ela esqueceu que existe nós aqui, ta com uns dois anos que nós vive aqui, eu mesmo pelo menos até que abastecido de água pra bebe no verão to com dois anos aqui que não pego uma gota de água botada da prefeitura..." (conforme entrevistado).

De acordo com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, cabe a Federação aos Estados e Municípios criar condições para dinamizar e potencializar a produção da



agricultura familiar, garantindo condições para produzir através de créditos, de assistência técnica, de capacitação dos assentados, de fornecimento de infraestrutura básica, de saneamento básico etc. É papel do município a construção de uma rede local de comercialização dos produtos produzidos nas áreas assentadas, para que os produtores não venham a cair nas garras dos atravessadores.

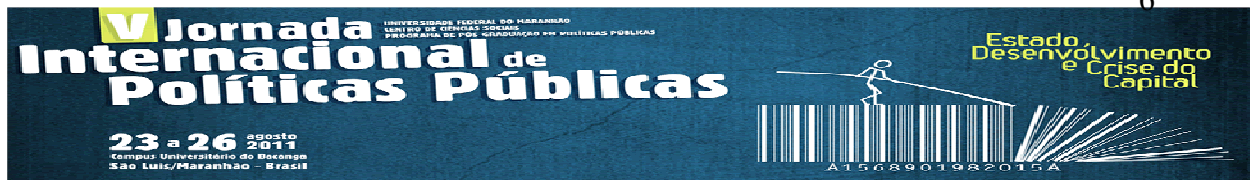
Nas entrevistas ficou claro que muitas dificuldades são vivenciadas pelos assentados do Assentamento Brejinho que pouco se produz por motivo simples, por exemplo, a falta de água, de apoio técnico, falta de subsídios necessários para o sucesso da produção. Entre as maiores dificuldades que entrava a produção de acordo com os entrevistados está à falta de água no verão. A região do assentamento tem poucas nascentes e córregos, ficando muitas parcelas de terra sem um pinga de água.

Percebe-se que o pressuposto de articulação intersetorial contida na Política Nacional de Reforma Agrária não ocorre. Pois, as ações previstas no Plano Nacional de Reforma Agrária são divididas entre as esferas de governo, ficando uma maior responsabilidade por parte do governo federal. As responsabilidades que cabem ao Estado e Município não estão sendo executadas, quando muito, são executadas de forma precária e fragmentadas e, quando ocorre, não coincidentemente se dá em período eleitoral.

Outro ponto questionado pelos entrevistados foi à falta de ações voltadas para a capacitação dos assentados, ação que promovesse um melhor uso da terra pelos assentados agregando novos conhecimentos e novas tecnologias. Ações de fortalecimento do cooperativismo, do associativismo, capacitações em agroecologia etc. As condições de infraestrutura são precárias, as estradas de terra que dão acesso estão em péssimo estado de conservação. Embora o Assentamento Brejinho possua uma agrovila com Escola e Posto de Saúde ainda é muito precária as condições de vida das famílias que vivem no assentamento.

Todos os problemas e dificuldades sofridas pelos assentados refletem em péssimas condições de trabalho no assentamento. O fato de não produzirem em suas terras faz com que os trabalhadores assentados busquem na região de fazendas do agronegócio o trabalho sazonal com má remuneração e péssimas condições de trabalho. Muitos trabalhadores são obrigados a abandonarem suas parcelas de terra em busca de trabalho em outras regiões ou em grandes obras de construção civil.

2. CONCLUSÃO



Concluimos que mesmo com o Estado implantando a Política Nacional de Reforma Agrária, os assentados têm muitas dificuldades para produzir e se emancipar economicamente. As relações entre Estado, Município e Governo Federal no que diz respeito à execução da política e das atribuições de cada esfera, estão longe do que seria necessário para uma melhor execução das ações direcionadas para o desenvolvimento do assentamento Brejinho.

Dentre as maiores dificuldades enfrentadas no Assentamento Brejinho estão à falta de água, a falta de assistência técnica, a falta de conhecimento apurados para melhorar a produção. Percebemos que os conhecimentos científicos relacionados à produção agrícola estão sendo pouco utilizados no assentamento.

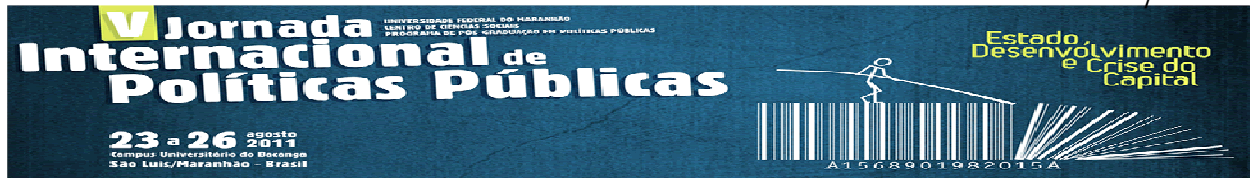
É preciso que os movimentos sociais ligados à luta pela terra tenham maior participação no processo de construção das políticas direcionadas aos assentamentos, é necessário que o Estado disponibilize crédito viável aliado a assistência técnica para que o assentado tenha condições sólidas para produzir e vender seus produtos.

Mas sabe-se que os embates políticos são muitos e que os interesses do capital internacional estão por trás das estratégias adotadas pelo Estado para intervir na relação capital-trabalho. Sabe-se também que no caso da questão rural, o modelo de desenvolvimento da agricultura adotado pelo Estado Brasileiro baseado no agronegócio, tem-se colocado frente à luta contra a reforma agrária.

O Estado defende um modelo de produção de monocultura voltada para a exportação, com utilização de agrotóxicos e fertilizantes, com um apoio maciço do estado fornecendo crédito farto aos empresários do agronegócio, com a utilização de grandes extensões de terras e a devastação de imensas áreas e biomas por todo território nacional.

É visível como a ideologia neoliberal adentrou nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Reforma Agrária, provocando a flexibilização das relações de trabalho no meio rural e a mercantilização da terra respondendo exclusivamente aos interesses do capital. Com o Estado mínimo para os assentados e máximo para os empresários do agronegócio fornecendo subsídios e garantindo os lucros dos capitalistas do meio rural.

Conclui-se que é preciso um aprofundamento da reflexão sobre a questão da reforma agrária com o intuito de aperfeiçoar a análise e a pesquisa dessa temática. Faz-se necessário um debate urgente entre os movimentos sociais de luta pela terra, as associações dos trabalhadores, os sindicatos e toda a sociedade civil com objetivo de buscarem alternativas e soluções para as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar.



3. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense, 1996.

MEDEIROS, Leonilde Severo de. *Reforma agrária no Brasil: historia e atualidade da luta pela terra.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sociohistóricos.* Cuiabá: EdUFMT, 2008.